

NOTAS SOBRE DIVISIONISMO E IDENTIDADES EM MATO GROSSO/MATO GROSSO DO SUL¹

Paulo Roberto Cimó Queiroz²

RESUMO:

No Sul do antigo estado de Mato Grosso (correspondente, grosso modo, ao atual Mato Grosso do Sul) registram-se, desde fins do século XIX, reivindicações de autonomia em face das oligarquias ditas “nortistas”. Este trabalho analisa documentos dos divisionistas sulistas de meados da década de 1930 para sugerir que neles se esboça a construção de uma identidade especificamente sul-mato-grossense, como resposta à “identidade mato-grossense” elaborada pelos “nortistas”. Busca-se também mostrar que, tendo logrado ascender ao poder estadual, as elites sulistas praticamente abandonaram as idéias de divisão e de construção da “identidade sul-mato-grossense”. Critica-se, enfim, a retomada dessa construção no período seguinte à divisão do estado, ocorrida em 1977.

Palavras-chave: Mato Grosso; divisionismo; identidades.

ABSTRACT:

In the southern portion of former Mato Grosso state (i.e. the portion which roughly constitutes, in present days, the Mato Grosso do Sul state), claims for autonomy before the so named “northern” oligarchies have been made since the late nineteenth century. By analysing documents issued in the mid-1930s by southern *divisionistas* (those who supported the proposition of partitioning the state’s territory), this paper suggests that in suchlike documents the construction of a specifically southern (it means, *sul-mato-grossense*) identity is outlined, in reply to the “official” (it means, *mato-grossense*) identity built-up by the “northerners”. The article also intends to demonstrate that the southern elites virtually deserted those ideas of state partition and *sul-mato-grossense* identity construction after getting to rise to the state’s political power. Finally, the paper criticizes the resumption of aforesaid construction after the effective division of the state occurred in 1977.

Key words: Mato Grosso; *divisionismo*; identities.

¹ Este ensaio foi originalmente publicado em *Diálogos* – Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, v. 10, n. 2, 2006. O autor agradece aos editores de *Raído* a oportunidade de divulgar seu texto em um veículo pertencente a sua própria instituição, o que certamente contribuirá para a ampliação do debate sobre os temas abordados.

² Professor da graduação e do mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O autor expressa aqui sua gratidão aos colegas Osvaldo Zorzato e Eudes Fernando Leite, os quais se dispuseram amavelmente a ler versões preliminares deste trabalho e efetuaram importantes ponderações e sugestões – embora não possam, evidentemente, ser responsabilizados pelas afirmações e posicionamentos aqui contidos.

Os debates públicos dos últimos anos, em Mato Grosso do Sul, indicam que a suposta questão da “identidade sul-mato-grossense” continua em pauta, em meio a propostas de mudança do nome do estado e avaliações sobre os resultados da divisão³. Em tais debates, a palavra e o juízo dos historiadores são inevitavelmente exigidos, o que realça a necessidade de maior reflexão e de pesquisas mais aprofundadas. Tratando-se desses assuntos, parecem-me especialmente apropriadas as observações de autores como Hobsbawm e Bourdieu acerca das relações dos pesquisadores profissionais com o tema do regionalismo e das identidades – observações essas que mostram o quanto espinhosas são ou podem ser essas relações.

De fato, um dos problemas enfrentados pelos profissionais da História, nota Hobsbawm, “é que seu objeto tem importantes funções sociais e políticas”, o que se torna particularmente agudo no que concerne às questões de identidade, tanto nacionais como regionais: uma vez que as nações são “entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo”, torna-se “inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras”. O mesmo autor completa: “Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes” (Hobsbawm, 2004:284-285). Assim, caberia aos historiadores “insistir na [...] importância central da distinção entre fato histórico verificável e ficção”, praticando seu ofício de forma a constituir um *perigo* para a “nacionalidade” e “todas as demais ideologias de identidade coletiva” (id., p. 288-289).

Uma tal postura, por parte dos estudiosos, exige certamente alguns cuidados, claramente apontados por Bourdieu. Esse autor enfatiza que *região* é uma “realidade” que é, “em primeiro lugar, *representação*” (Bourdieu, 1989:108), e que “as lutas a respeito da identidade étnica ou regional” são “um caso particular das lutas das classificações”, “lutas pelo monopólio de [...] impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (id., p. 113). Em tal contexto, a justa e conveniente posição dos pesquisadores consistiria em “incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações” (“no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais”) [id., p. 122]. Em outras palavras, seria preciso guardar-se contra a tendência à *simples crítica* dessas representações: “Quando os investigadores entendem erigir-se em juízes de todos os juízos e em críticos de todos os critérios [...], ficam privados de apreender a lógica própria de uma luta em que a força social das representações não está necessariamente proporcionada ao seu valor de verdade” (Bourdieu, 1989:121).

É claro que Bourdieu alerta também para o risco oposto, a saber, aquele representado pelo efetivo ou sutil *engajamento*, se assim podemos dizer, em movimentos de construção de identidades regionais. Os pesquisadores, escreve Bourdieu, “não fazem melhor quando, abdicando da distância do observador, retomam à sua própria conta a representação dos agentes, num discurso que [...] não passa de uma contribuição entre outras para a produção da crença acerca da qual haveria que descrever os fundamentos e os efeitos sociais” (Bourdieu, 1989:121) – escapando, portanto, da *simples crítica*

³ Como se sabe, em 1977 o estado de Mato Grosso foi dividido, sendo criado em sua porção meridional o estado de Mato Grosso do Sul.

“desmistificadora”, mencionada no parágrafo anterior, apenas para incidir numa “ratificação mistificada e mistificadora das representações e das vontades” dos agentes citados (id., p. 122).

Com relação ao presente texto, considero importante ressaltar que me limito aqui a expor algumas reflexões a que tenho sido levado por ocasião da discussão desses assuntos em minhas aulas na pós-graduação em História na UFGD (ex-campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). De fato, foge aos meus objetivos acadêmicos a efetivação de análises mais aprofundadas das problemáticas aqui tratadas, razão pela qual não pretendi efetuar, a esse respeito, senão uma análise bastante sumária – alicerçada, tanto quanto me foi possível, nas reflexões dos autores acima citados. Encaro, portanto, as presentes considerações apenas como uma tentativa de chamar a atenção de outros pesquisadores para algumas questões relevantes que aí estão à espera de estudos sistemáticos e profundos.

A “IDENTIDADE MATO-GROSSENSE”

De acordo com os estudos de Osvaldo Zorzato (1998 e 2000) e Lylia Galetti (2000), nas décadas iniciais do século XX foi elaborada, por membros dos grupos sociais então dominantes no estado, intimamente vinculados às esferas do poder, uma “identidade mato-grossense” – sendo que os conceitos e imagens então construídos deveriam ser (como de fato o foram, embora em medida ainda a ser melhor estudada) *inculcados* no restante da população.

Abstendo-me, pelo menos por ora, de mencionar maiores detalhes sobre o contexto da época, limito-me a registrar que os esforços de intelectuais mato-grossenses com vistas à construção dessa “identidade” foram, como assinalou Galetti, uma reação às imagens negativas sobre Mato Grosso (o “estigma da barbárie”), elaboradas e veiculadas por viajantes estrangeiros e brasileiros “do litoral”, e representaram também, conforme escreveu Zorzato, uma forma de as elites locais manterem a “primazia do mando”, em face da “ameaça” representada pela possível e iminente chegada de novos grupos (os “capitais” e “braços” com os quais se esperava promover o desenvolvimento do estado).

Tratando dos componentes dessa identidade, Zorzato destaca inicialmente a elaboração de uma “memória de consenso” (onde “todos são apresentados como pertencendo a uma ‘mesma família’, ‘filhos do mesmo solo’”), com vistas a “forjar, fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo” – sentimento esse “útil não só para escamotear as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais, em torno de um mesmo projeto”. Como nota o autor, “somente a união dos naturais ‘da terra’ poderia garantir-lhes a primazia do mando” (Zorzato, 1998:15).

Havia que enfrentar, ademais, as imagens negativas associadas a Mato Grosso: “um estado ‘atrasado’, ‘incivilizado’ e ‘selvagem’, dotado de uma gente ‘sanguinária’, ‘vingativa’, ‘preguiçosa’ e ‘ignorante’”. Para tanto, intelectuais mato-grossenses “buscam construir imagens e representações através das quais querem ser vistos” – representações essas que constituiriam a *identidade mato-grossense*.

Passam então a se considerar como sentinelas avançadas da civilização no sertão. Ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista [bandeirante], quando não da “melhor estirpe européia”; e, ao invés de “sanguinários”, constroem as imagens de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. No lugar de “preguiçosos”, colocam-se como gente adaptada à rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do “amor à terra natal”. Por fim, mesmo diante de situações adversas, se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência (Zorzato, 1998:16).

O mesmo autor enfatiza ainda outros importantes aspectos dessa construção identitária. Assim, no tocante à composição étnica, resgataram-se apenas “as origens européias, silenciando-se sobre o lado indígena dos mato-grossenses” (Zorzato, 2000:422). A “luta contra a ameaça estrangeira” foi um tema especialmente explorado – recuperando-se, para tanto, “episódios militares do passado, não apenas aqueles de maior relevância para a configuração das divisas nacionais, mas principalmente aqueles cujos heróis eram mato-grossenses ou puderam ser ‘adotados’ como tais” (id., p. 422). Segundo o autor, o tema do “defensor fronteiriço” aparece, “mais do que qualquer outro”, como o “critério definidor da brasilidade mato-grossense” (id., p. 428). Procura-se igualmente fixar a imagem de um meio físico rico e saudável: aponta-se a exuberância das florestas, rios e outras riquezas naturais, a salubridade do clima etc. (id., p. 430). Associado a esses, encontra-se também o crucial critério do “pioneirismo”, que constitui “um dos recursos através dos quais procura-se manter a primazia do mando na sociedade mato-grossense” (Zorzato, 1998:56). Segundo a memória construída, a conquista do território havia representado uma “luta feroz entre o homem e o meio”, da qual “resultaria o heroísmo dos desbravadores do *sertão inóspito*” (id., p. 35). Desse modo, “a posse primitiva e o apego à terra são enfatizados como garantia de pioneirismo” e também como “elemento de distinção social por parte de seus proprietários e herdeiros de várias gerações” (id., p. 36) – cabendo notar que o “pioneirismo” dos ancestrais não é eliminado sequer pela eventual perda da terra, por parte de alguns descendentes: esse pioneirismo continua como “um critério determinante na primazia do mando” (id., p. 37).

O período de construção desse universo identitário é fixado, pelos autores citados, nas duas primeiras décadas do século XX. Zorzato identifica esforços precusores, nesse sentido, já a partir de 1904 (Zorzato, 2000:419), e assinala que, “a rigor, a elaboração e consolidação da memória local” ocorreu no interior do Instituto Histórico de Mato Grosso, fundado em 1919 (id., p. 422). Galetti assinala, igualmente, que “o momento mais marcante do processo de constituição de uma identidade coletiva em Mato Grosso pode ser localizado entre os anos 1918-1922”, período em que ocorrem “inúmeras manifestações culturais que se distinguem pela exaltação à terra e ao homem mato-grossenses, nas quais, de forma mais ou menos explícita, estava presente o desejo de ‘livrá-los’ do estigma de barbárie” (Galetti, 2000:273). Entre tais manifestações, a autora inclui, além da fundação do IHMT, as comemorações do bicentenário de fundação de Cuiabá (1919) e a criação do Centro Mato-grossense de Letras (1921).

No presente trabalho, importa especialmente assinalar que esse processo de construção identitária foi influenciado também pelas diferenciações regionais existentes no amplo território do antigo estado de Mato Grosso. Como se sabe, até a criação, em

1943, do Território Federal do Guaporé (depois chamado *Rondônia*), o território mato-grossense correspondia ao dos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Assim, era comum distinguirem-se, nesse vasto espaço, três diferentes porções: o *Norte* (a parte mais propriamente amazônica, correspondendo ao atual estado de Rondônia e à porção setentrional do atual estado de Mato Grosso), o *Centro* (isto é, a região polarizada pela capital, Cuiabá) e o *Sul* (que se costuma identificar ao atual estado de Mato Grosso do Sul mas que tinha, à época, contornos imprecisos – ficando indeciso, por exemplo, se nele se incluía ou não a cidade e o enorme município de Corumbá). Embora essa porção meridional houvesse sido percorrida e parcialmente ocupada por não-índios desde o século XVI⁴, a efetiva ocupação do espaço “mato-grossense” por parte de luso-brasileiros iniciou-se pela região de Cuiabá, onde se descobriu ouro em 1718. Outras importantes jazidas foram depois descobertas mais a noroeste, já na bacia amazônica (vale do rio Guaporé). Desse modo, “foi a partir da região mineira que se irradiou todo o poder político e administrativo da capitania e, posteriormente, da Província de Mato Grosso” (Valmir Corrêa, 1995:51-52). Na referida porção sul, o povoamento não-índio teria efetivo início apenas a partir da terceira década do século XIX, com base na pecuária bovina.

Nesse contexto, constitui um tema importante o *divisionismo sulista*. A historiografia registra já em fins do século XIX o aparecimento de “movimentos rebeldes dos *coronéis* sulistas”, constituindo um “embrião” de divisionismo, ou “separatismo” em relação ao domínio das oligarquias “cuiabanas”, ou “nortistas”⁵, que desde a época colonial enfeixavam em suas mãos o poder político regional (Valmir Corrêa, 1995:56-57). Sobre esse tema existem ainda relativamente poucos estudos, dentre os quais se destacam as obras de Weingärtner (1995), Silva (1996), Valle (1996) e Bittar (1997, 1999a, 1999b). De todo modo, o que parece claro é que, durante pelo menos as quatro primeiras décadas do século XX, as aspirações divisionistas de setores da sociedade sulista apareceram aos dirigentes mato-grossenses – isto é, os “nortistas”, “cuiabanos” – como uma importante fonte de dores de cabeça.

Conforme assinala Galetti, a construção da “identidade mato-grossense” foi essencialmente uma obra de intelectuais “nortistas”, principalmente cuiabanos, vinculados às elites dirigentes locais. Essas elites (que, como foi dito, detinham o poder estadual) mostravam-se particularmente preocupadas, nesse começo de século XX, com a situação política de Mato Grosso, marcada por violentas lutas armadas pelo poder. A situação, nota Galetti, “era de caos e anarquia [...]. A sociedade mato-grossense, todos pareciam concordar, estava profundamente dividida pelas paixões partidárias, que levavam ao ódio e às lutas fratricidas e subordinavam aos seus interesses mesquinhos os interesses do estado e do povo em geral” – lutas essas que levaram mesmo à intervenção federal no estado, em 1917 (Galetti, 2000:274).

Mas o mais interessante no caso é que, nesse processo de construção identitária, de acordo com a mesma autora, um importante papel foi desempenhado pelo temor, por parte das elites “nortistas”, com relação à assimetria no desenvolvimento capitalista

⁴ Refiro-me aos conquistadores, “colonos” e jesuítas espanhóis, da primeira metade do século XVI a meados do século XVII, e aos bandeirantes, ao longo desse último século.

⁵ Cabe notar que os termos *Norte* ou *nortistas* costumavam ser utilizados, no linguajar dos habitantes do Sul, para designar Cuiabá e sua gente.

que então se verificava no estado, onde a porção sul parecia tomar a dianteira em relação aos velhos centros da “civilização mato-grossense”, isto é, especialmente Cuiabá (Galetti, 2000:267 e ss.).

Na verdade, ainda no século XIX as elites cuiabanas viram sua posição ameaçada pelo aumento da importância econômica e política de Corumbá – cidade que, especialmente depois do final da Guerra do Paraguai (1870), foi beneficiada com a liberação da navegação pelo rio Paraguai em direção ao estuário do Prata, transformando-se em um importante centro comercial. Além disso, enquanto o “Norte” permanecia virtualmente estacionado, em termos de incremento populacional e desenvolvimento econômico, todo o Sul recebia, após 1870, um regular fluxo de migrantes brasileiros (paulistas, mineiros, paranaenses e, sobretudo na última década do século XIX, sul-rio-grandenses), além de imigrantes estrangeiros, sobretudo paraguaios. Desenvolvia-se, além da pecuária, a economia ervateira (ainda que sob o virtual monopólio da Companhia Mate Laranjeira). Finalmente, em 1914 era completada a ligação ferroviária entre o interior paulista e as margens do rio Paraguai, com a estrada de ferro de Bauru a Porto Esperança (depois conhecida como *Noroeste*, ou NOB). O advento da ferrovia permitiu ao Sul uma ligação direta e rápida com os grandes centros do Sudeste brasileiro, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro (enquanto a população cuiabana continuava a depender da difícil navegação dos rios Cuiabá e Paraguai até Porto Esperança, ponto terminal da ferrovia). A ferrovia estimulou, enfim, o crescimento de outra potencial concorrente da velha Cuiabá: a cidade de Campo Grande, que logo, aliás, suplantaria a própria Corumbá na condição de principal pólo comercial do estado.

Nesse contexto, como lembra Galetti, a mudança da capital do estado, de Cuiabá para Corumbá ou Campo Grande, “era, para muitos cuiabanos, uma ameaça real”: chamada de *burgo podre*, Cuiabá era “vista como decadente e atrasada no caminho do progresso e da civilização, não só por visitantes de outros estados mas inclusive por alguns cuiabanos e por muitos mato-grossenses do sul do estado” (Galetti, 2000:310). Desse modo, como assinala a mesma autora,

o mal estar cultural e as dificuldades de lidar com uma identidade estigmatizada pela idéia de barbárie não atingiam do mesmo modo a todos os mato-grossenses. Os intelectuais cuiabanos, identificados com as oligarquias nortistas que dominavam a política estadual, certamente demonstraram uma maior sensibilidade àquelas representações. Ao que tudo indica, na região sul do estado a situação era diferente. Há indícios muito fortes de que as elites sulistas exploraram a seu favor alguns dos componentes-chaves da identidade estigmatizada (Galetti, 2000:266).

A própria Galetti registra a denúncia feita já em 1912 por um jornal cuiabano, segundo a qual dois deputados estaduais, representantes do Sul, veiculavam abertamente juízos altamente desfavoráveis à gente do “Norte”, que seria “uma raça degenerada, contaminada pelo amarelão, incapaz de qualquer progresso, ao passo que o sul está sendo povoado por uma raça forte de aventureiros gaúchos que no futuro deverá dominar o estado de Mato Grosso” (apud Galetti, 2000:266). Tal manifestação confirmaria, assim, que já então representantes do Sul pareciam sentir-se em condições

de lançar sobre o “Norte” a *batata quente* constituída pelo “estigma da barbárie”⁶. Do mesmo modo, um documento dos divisionistas sulistas confirmaria, mais tarde, que “a possibilidade da mudança da Capital” era sentida “desde o governo Aquino [1918-1922]” (*A divisão de Mato Grosso...*, 1934:25). Outro desses documentos mencionava, por sua vez, antigos “boletins anônimos” distribuídos no Sul, “lembrando ao povo a idéia da mudança da Capital ou a separação do Estado” (*Manifesto da mocidade...*, 1934, in Martins, 1944:93).

É, portanto, em face – entre outras coisas – de tais ameaças vindas do Sul que se delinea a estratégia dos dirigentes “cuiabanos” para garantir em suas mãos a “primazia do mando”. Tais dirigentes realizaram notáveis esforços no sentido de sua união, visando a recuperar e manter o controle político do estado, encerrando a intervenção federal e antecipando-se aos possíveis desdobramentos políticos de um desenvolvimento do Sul desproporcional ao do restante do estado. Assim, foi costurado um acordo para a constituição de um governo de *união e pacificação*, que seria presidido pelo bispo D. Francisco de Aquino Corrêa (1918-1922). Além disso, aproveitando-se a conjuntura do bicentenário da fundação de Cuiabá, a elaboração da “identidade mato-grossense” seria centrada na valorização dessa cidade, buscando-se na história argumentos para defender o papel da capital. Para Galetti,

é sobretudo em torno das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá, em 1919, festa que relembra as origens do lugar e de sua gente, e simboliza o início de um novo século de história, que ganha força e consistência a elaboração dos elementos distintivos do “ser mato-grossense” (Galetti, 2000:285).

Desencadeia-se uma “verdadeira onda ufanista de exaltação à terra e ao homem mato-grossenses”, visando a “mostrar aos próprios mato-grossenses e ao Brasil como um todo as potencialidades econômicas do estado e, com a mesma veemência, a sua história e as suas tradições” (Galetti, 2000:285). A História adquire, aí, especial significado: “o culto a essa deusa guardiã de tradições aparecia [...] como garantia de imortalidade e, mais do que isso, como um traço distintivo de um povo civilizado” (id., p. 305). Nesse processo, destacam-se os esforços “no sentido de realçar o valor histórico e político de Cuiabá como cidade mãe de Mato Grosso, e dos cuiabanos como os representantes mais autênticos da raça mato-grossense” (id., p. 310).

O DIVISIONISMO E O ESBOÇO DE UMA IDENTIDADE SULISTA

A despeito de certos sinais “ameaçadores”, já mencionados, pode-se dizer que desafios mais concretos ao domínio político do “Norte” somente se fariam presentes depois de começar a delinear-se, de modo mais claro, a força das elites campo-grandenses. Pelo que se pode perceber, foi ao longo da década de 1920 que começaram a manifestar-se, mais claramente, os efeitos considerados positivos da estrada de ferro Noroeste do Brasil, feitos esses que se concentraram largamente na cidade de Campo Grande, sob

⁶ Esse estigma, de fato, como mostra Galetti, era lançado pelos estrangeiros sobre todo o Brasil, mas as elites do “civilizado” litoral brasileiro, ansiosas por se livrarem dessa *batata quente*, atiravam-na, por sua vez, sobre os “serrões” do país, onde se incluía todo o estado de Mato Grosso.

a forma de rápido crescimento econômico e populacional. Foi nessa década, por exemplo, que essa cidade passou a concentrar as principais lideranças políticas do Sul, até então sediadas na cidade de Nioaque (cf. Queiroz, 2004: passim.).

Segundo Bittar, iniciava-se então em Campo Grande “uma nova fase, em que uma elite intelectualizada se sobrepôs aos caudilhos, ao tempo das lutas armadas” (Bittar, 1997:143). De fato, examinando os nomes das lideranças políticas de Campo Grande, essa autora identifica, “por um lado, uma elite política com formação intelectual aristocrática, oriunda das tradicionais e conceituadas Faculdades de Direito da época [...] ou de Medicina [...] e, por outro, a classe social vinculada à posse de terras” (id., p. 145). Tais elites incluíam alguns recém-chegados (provenientes de “famílias abastadas do Nordeste, o que lhes garantiu chegar a Mato Grosso com a certeza de obterem bons cargos públicos”), os quais “aliaram-se aos chefes locais para ingressar na vida política comandada por grupos oligárquicos” (id., p. 148).

A primeira oportunidade concreta de uma maior afirmação política das lideranças sulistas parece haver surgido em 1929/1930. Nessa época, de fato, segundo as informações disponíveis, a campanha da Aliança Liberal, que apresentava Getúlio Vargas como candidato à presidência da República, obteve amplo apoio na porção sul do estado, enquanto no *Norte* as lideranças permaneceram alinhadas à candidatura oficial. Do mesmo modo, registra-se que, em Mato Grosso, o movimento armado conhecido como *Revolução de 30* obteve apoio “particularmente na região do Sul” (Martins, 1980:104) – o que, supostamente, deveria resultar em maior atenção, por parte dos novos vitoriosos na cena nacional, aos dirigentes sulistas e seus desejos de participação no poder estadual. Entretanto, ainda de acordo com as informações disponíveis, tal não ocorreria. Segundo denunciariam logo depois os documentos divisionistas, as elites “cuiabanas” teriam logrado “dar a volta por cima”, aderindo ao novo regime e passando a exercer influência preponderante sobre o interventor nomeado pelo Governo Provisório – o qual, já ao chegar a Cuiabá, para tomar posse do governo estadual, teria sido entusiasmaticamente acolhido⁷.

Outra oportunidade surgiria, contudo, logo em seguida, com a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, que obteria a adesão de parte significativa dos líderes políticos sulistas. Embora haja registros de que esses líderes haviam rompido com o Governo Provisório de Vargas já logo depois de 1930 (precisamente em função das disputas, acima referidas, em torno da interventoria), aquela adesão pode ter-se dado, na verdade, em razão da presença em Campo Grande, na chefia da Região Militar, do general Bertoldo Klinger, que deveria exercer a função de comandante militar da rebelião constitucionalista. Sabe-se de fato que, antes de partir para São Paulo, a fim de assumir seu posto, Klinger nomeou para Mato Grosso um governador “revolucionário” (Vespasiano Martins), que, pelo menos por ora, exerceria suas funções em Campo Grande – dado que em Cuiabá continuava no cargo o interventor nomeado por Vargas.

O episódio de 1932 – com a existência em Mato Grosso, durante mais de dois meses, de dois governos, paralelos – ganhou maior realce, nos meios sul-mato-grossenses,

⁷ Para explicar a desilusão das elites sulistas com o novo regime, outros autores preferem destacar a suposta incompetência do primeiro interventor (cf. Martins, 1980:105-106; Lins, 1976:88-89).

depois da criação do novo estado de Mato Grosso do Sul, em 1977. De fato, esse episódio tem sido alçado por vários autores à condição de uma “primeira divisão” do estado, chegando-se mesmo a afirmar que, durante esse período, teria formalmente existido no Sul o “Estado de Maracaju”. Trata-se, no entanto, de uma versão fantasiosa, o que já foi aliás demonstrado por Bittar. Essa autora considera muito mais plausível que as elites sulistas (majoritariamente campo-grandenses) tenham vislumbrado naquele episódio não necessariamente a ocasião da separação do Sul mas “apenas” a oportunidade da mudança da capital: “É possível”, escreve ela, “que houvesse a intenção de, caso vitorioso o movimento paulista de 1932, a capital de Mato Grosso permanecesse em Campo Grande com o estado uno” (Bittar, 1997:173).

Derrotada a rebelião, as elites sulistas, ou pelo menos parte delas (representadas, num primeiro momento, por jovens estudantes residentes no Rio de Janeiro), parecem haver decidido radicalizar suas posições, passando a defender por escrito e abertamente, pela primeira vez, a separação entre o Sul e o “Norte” do estado. Surge então, em fins de 1932, a *Liga Sul-mato-grossense*, fundada no Rio de Janeiro pelos referidos estudantes, que lança três documentos principais: um *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, datado de outubro de 1933; um *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembléia Constituinte*, datado de janeiro de 1934 (já citado); e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, aparentemente de março de 1934, acompanhada de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas (esses documentos estão reproduzidos in Martins, 1944:90 e ss.). Um outro documento, de teor semelhante, rebatendo críticas do então general Rondon às pretensões dos sulistas e assinado por personalidades de destaque nessa região, foi publicado em Campo Grande em março de 1934 (*A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon*).

É nesses documentos que, segundo me parece, encontra-se um primeiro esboço de uma identidade especificamente *sul-mato-grossense*, como reação à identidade mato-grossense “oficial”. Nas páginas seguintes, procurarei efetuar um breve exame desse esboço, lançando mão, sobretudo, do instrumental analítico utilizado por Zorzato e Galetti no estudo daquela identidade “oficial”. Assim, desde logo creio ser possível dizer que o referido empreendimento dos divisionistas sulistas se desenvolve em duas direções principais: 1) atribuição do “estigma da barbárie” exclusivamente às populações do “Norte”, do que resulta a negação, no geral, da “identidade mato-grossense” antes elaborada pelos intelectuais *nortistas*; 2) apropriação e transformação de alguns elementos da mesma identidade, que são então aplicados exclusivamente ou preponderantemente à porção sul do estado. Além disso, os documentos enfatizam um aspecto destinado a cumprir, naquele momento, uma importante função identitária, a saber: a *opressão* do Sul pelo “Norte”⁸.

Lançando a *batata quente* sobre os “cuiabanos”

No que toca à primeira das citadas direções, os autores de *A divisão...* procuram ferir a essência mesma da identidade criada pelos intelectuais “nortistas”. Embora evitem

⁸ Para não alongar demasiadamente o presente trabalho, limitarei minhas citações a trechos de *A divisão...*

lançar mão, explicitamente, do pesado adjetivo “barbárie”, tratam de caracterizar o “Norte”, em termos econômicos, como *atrasado* e *decadente*. Ali, dizem,

não há uma pecuária organizada. Cria-se, hoje, como antes de 1880 – à solta, em latifúndios. Gado perdido por toda parte. Nada de técnica para qualquer mister. As fazendas não estão divididas nem cercadas. Tudo é duma primitividade inconcebível. O gado está refinado por falta de sangue novo – é o *gabiru*, o *peludo*, rejeitado pelos compradores. No que toca a cavalares e suínos, o mesmo. Fazendas sem organização alguma, velhas habitações sem conforto, solitárias, encravadas em latifúndios, que não dão dinheiro ao Tesouro (*A divisão...*, 1934:17).

A indústria do açúcar, em Cuiabá, decaí cada ano. O trabalho, ali, não melhorou; a indústria não se valeu de novos métodos; mantém o operariado em miséria e sem garantias. Iniciou-se, ali, uma charqueada, que se fechou logo, dando graves prejuízos (id., p. 19).

A própria Cuiabá teria “decaído muito: de 27 mil habitantes terá, hoje, 20 mil” (*A divisão...*, p. 14). O “Centro”, notam, maldosamente, “não teve ainda necessidade” de uma indústria da construção civil (*A divisão...*, 1934:19).

Mas a iconoclastia dos autores de *A divisão...* vai além, chegando ao ponto de ridicularizar, explicitamente, algumas das imagens mais cultuadas pelos intelectuais do “Norte”, isto é, aquelas relativas à história, às tradições e às riquezas “mato-grossenses”. Assim, Rondon é severamente criticado por acreditar, segundo o texto, que

amar verdadeiramente o estado é considerar Cuiabá a melhor cidade do mundo, o rio Cuiabá um paraíso, embasbacar-se na grandiosidade das florestas nortistas, deliciar-se com danças inocentes de Nhambiquaras e caçadas valentes de Bororos, gozar histórias de montanhas de ouro e diamantes (p. 11).

De modo geral, criticam-se os “cuiabanos” por defenderem sua posição “engrolando história, tradições, amor único a Mato Grosso” (1934:26), “invocando a história, tradições, encantos, primores do berço natal” (id., p. 34). Procura-se caracterizar tais imagens como algo vazio, sem substância prática, condenando-se as referências dos “políticos” cuiabanos à “prosperidade de garganta”, isto é, “a riqueza consubstanciada em [...] histórias de viajantes, poesias românticas, odes à uberdade da terra, à natureza sem par etc. etc.” (id., p. 12).

Além disso, os líderes sulistas buscam a máxima desvinculação possível em relação ao “Norte” – rejeitando, portanto, aquela idéia de Cuiabá como “cidade mãe” dos mato-grossenses. Assim, procura-se negar qualquer influência “cuiabana” no desenvolvimento da “civilização sulista” – o que aliás dá margem a afirmações contraditórias. Afirma-se, assim, que a “civilização mato-grossense”, gerada no Centro, “por aí fica circunscrita, sem nenhuma influência no Sul e no Norte” (1934:6). Mais adiante, contudo, tal afirmação, embora reiterada, é ao mesmo tempo, ainda que levemente, negada: “Pelo Sul nada fez o Centro. A história nos diz que, da região cuiabana, *poucos* se aventuraram para o sul, sendo *pequena* a corrente que varou o pantanal para a região de Miranda” (id., p. 10; grifos meus). Desse modo, o que se enfatiza é a presença, no Sul, de outros contingentes, “filhos de outros estados” (como mineiros,

paulistas, sul-rio-grandenses etc.) ou estrangeiros, isto é, imigrantes como os paraguaios e outros de além-mar (id., p. 6-7, 8-9).

Enfim, afirma-se que ainda então continuava a existir um grande distanciamento entre Sul e “Norte”. Segundo o documento, Cuiabá “não é conhecida do Sul”: “a sua imprensa, não a lemos. As idéias dos seus homens, não nos chegam” (*A divisão...*, 1934:28).

Apropriação e transformação de velhos elementos identitários

No entanto (e essa seria a segunda das direções acima referidas), os autores do texto sulista não deixam de se apropriar, a seu modo e em seu benefício, de elementos centrais da identidade construída e difundida pelos intelectuais “nortistas”.

A esse respeito, é desde logo notável a negação do papel do indígena na formação histórica da região. De fato, em *A divisão...* o índio sul-mato-grossense não é citado uma única vez; ao contrário, em várias ocasiões enfatiza-se a suposta fundação da “civilização sulista” em pleno “deserto”. “Os atuais descendentes dos primeiros invasores ocuparam terras virgens, que os espanhóis abandonaram ante a batida paulista, dois séculos antes”, escrevem (1934:32). Assim, falam no “deserto de 1830” (id., p. 10) e insistem em que os migrantes mineiros fundaram a cidade de Santana do Paranaíba “no deserto” (id., p. 6).

O texto atribui *aos sulistas* a função de “guardiães das fronteiras”, mencionando, por exemplo, os “dias épicos da invasão paraguaia” (1934:10) e reivindicando para o povo do Sul a glória de “povoar um deserto” e “sustentar, de modo útil, a brasilidade da região, que o governo da Capital longínqua mal conhece” (id., p. 11; o tema da *brasilidade* é ainda enfatizado mediante a afirmação de que “os sulistas amam, acima de tudo, o Brasil unido, forte, rico, grande potência”). A esse respeito, é especialmente notável o esboço de um culto à figura de José Francisco Lopes, o *Guia Lopes* da Retirada da Laguna, mencionado duas vezes, sendo a primeira em um parágrafo inteiro:

Fixemos um gesto da vida de Lopes: o Velho sertanejo, conhecedor empírico de rumos e distâncias, corta as terras de Minas ao Apa e esparrama *posses* aqui e ali; é o cavalheiro andante das descobertas. Por fim, valente e patriota, entra na guerra e conduz a bandeira da Laguna em sua memorável retirada (1934:7)⁹.

O *pioneirismo*, como critério para o exercício do mando, é outro tema que aparece também nas formulações dos divisionistas. Esse critério é fundado na idéia, acima mencionada, de que os sulistas haviam criado sua civilização no “deserto” – o que lhes daria, em consequência, o direito ao domínio da região. Assim, ao mencionar os que vieram *depois*, o texto cita como exemplo a “forte corrente imigratória [sul-]rio-grandense, de 1890” e enfatiza que tal corrente já agora se encontrava “ligada à *nossa gente* pelo casamento” (*A divisão...*, 1934:8; grifos meus). A mesma idéia aparece ainda numa crítica à “política da Capital”, que, segundo o documento, “escolhe pessoas recém-chegadas, *pessoas de fora*, desconhecidas, sem valor na região; erigem-nas em deputados, delegados, áulicos de chefetes, contando, assim, com pessoas dóceis a seus interesses, sem a pecha

⁹ Mais adiante, na enumeração dos antigos povoadores do Sul, inclui-se expressamente “Lopes, o herói” (p. 8).

de serem, sempre, nortistas” (id., p. 25; grifos do original).

Enfim, de um modo que lembra a formulação original dos intelectuais cuiabanos, conforme é mencionado por Galetti¹⁰, os autores do texto justificam também as lutas políticas armadas como um *dever cívico*: de fato, definem o “povo sulista” como “amante da liberdade [...], cumpridor dos deveres cívicos, tendo, várias vezes, chegado à luta armada” (*A divisão...*, 1934:28).

Contudo, no tocante a essa apropriação de elementos da identidade já construída, o que mais se destaca são os esforços dos sulistas no sentido de rechaçarem qualquer pecha de *barbárie* e se afirmarem a si próprios como *civilizados*, *modernos* e economicamente *desenvolvidos*. Não por acaso, aliás, a afirmação das características positivas especificamente sulistas ocorre, em boa parte, por oposição às supostas características “cuiabanas” – opondo-se, preferencialmente, o “dinamismo” e a “civilização” do Sul ao “estatismo” e à “decadência” do Centro. Do mesmo modo, como veremos mais adiante, os aspectos *negativos* presentes no Sul (como a falta de segurança pública e de assistência à saúde e à educação) são atribuídos exclusivamente à desídia do governo estadual.

“A vida do Sul modifica-se, grandemente, cada ano”, afirma-se, mencionando-se “a organização que vão tendo as várias atividades; a segurança que adquirem, cada dia, as suas riquezas; a alta ambição de progredir; a instrução de sua mocidade” (*A divisão...*, 1934:5-6). “As famílias multiplicam-se aos milhares e compram terras ao Estado; organizam pomares; levantam moradas, igrejas, hospitais; substituem os ranchos por habitações higiénicas; abrem caminhos, armam telefones e lançam pontes por toda parte. Fundam escolas. Fazem a sua civilização” (id., p. 7). Numa aparente apropriação de concepções racistas, chega-se mesmo a mencionar com orgulho a “eugênica mocidade” do Sul (id., p. 10).

Destaca-se, com ênfase, a pujança e a modernidade da pecuária. O rebanho bovino do Sul, afirma-se, além de ser muito mais numeroso que o do Centro, destacava-se pela “qualidade”, sendo “melhorado anualmente, com a introdução de reprodutores” (1934:14). No Sul, escrevem, a pecuária

vai acompanhando os melhores esforços da América do Sul. O triângulo mineiro não está adiantado de nós na seleção, na melhoria. Os nossos fazendeiros vêm comprando centenas e centenas de contos, em reprodutores; os nossos novinhos, modificados pelo clima e alimentação, sem exagero, são, hoje, tipos de frigoríficos. Abarrotaamos as invernadas paulistas e estamos fadados a ter, na pecuária, uma colossal indústria (id., p. 17).

Nos campos sulistas, a modernidade – que chegaria até mesmo à inexistência de latifúndios – se expressaria especialmente pela incorporação do que havia de melhor no estrangeiro:

¹⁰ Nos discursos proferidos na sessão de instalação do Instituto Histórico de Mato Grosso, em Cuiabá, em abril de 1919, a própria história recente do estado, “tão deplorada pela violência de suas *revoluções*, foi lembrada sem maiores pudores” (Galetti, 2000:308; grifo do original). Assim, um dos oradores, embora lamentando as *lutas fratricidas* e as *desordens* ocorridas, “contabilizou” tais lutas, segundo Galetti, como “um exemplo a mais” das “qualidades” mato-grossenses: tais lutas constituiriam, nas palavras do orador, “atestados eloquentes do culto soberano que rendemos à liberdade, mal vislumbrada, às vezes, por entre as nuvens negras da paixão partidária, mas por todos igualmente desejada e defendida com altivez” (cf. Galetti, 2000:308-309).

o território está retalhado em mais de 18 mil propriedades rurais. As divisões de imóveis, por vendas ou sucessões, dão-se às centenas. Aqui repugna o condomínio, como ninguém entende os campos abertos, nem admite o compâscuo. Cada fazendeiro evoluiu, saindo do rancho para as casas higiênicas; os manguieirões são modernos, com as comodidades aconselhadas, onde se trata o gado com facilidade. Pomares, jardins, aqui e ali; rádio e telefone e bons caminhos para automóveis. A galinha do Jeca desaparece e os tipos grandes, fecundos, das raças importadas, enfeitam os terreiros. Suínos, ovinos, já existem de raças nobres. Aqui, acolá, importaram-se flores e árvores, que renovam as paisagens (id., p. 17-18).

O texto insiste em que “os fazendeiros”, por sua própria conta, “fazem pontes, estradas; abrem corredores; facilitam, entre si, as comunicações; abrem portos em vários rios” (*A divisão...*, 1934:18). Cuida-se também de lembrar que, além da pecuária, praticavam-se no Sul “outras rendosas atividades”:

A agricultura, por exemplo, toma vulto extraordinário. Não tem termo de comparação com a do Norte, em quantidade, qualidade, processos culturais. Com a influência de S. Paulo, vai sendo relegada a enxada. O arado não é coisa de museu. Iniciou-se, em Campo Grande, a cultura do café, que progride [...]. A nossa cultura de arroz é importantíssima [...]. Surgem as máquinas de beneficiamento em vários pontos. A cultura do milho é de muitos milhares de hectares [...]. Feijões, batatas e outros produtos alimentares contam-se por milhares de toneladas [...]. Cresce, por toda parte, a cultura de frutos – os nossos, os exóticos. Experimenta-se o trigo, teima-se com a alfafa, planta-se a vinha. Estamos fazendo a cultura técnica do mate (id., p. 18).

Destacam-se também as atividades industriais. “Iniciou-se a indústria do açúcar com a primeira Usina de Miranda e outras lhe seguiram”, afirma-se, acrescentando-se:

Várias outras indústrias avultam em nossa economia: arreios, calçados, artigos de viagens, bebidas, mosaicos, cal. Crescente fabricação de queijo e manteiga. Muito importante indústria de construções [...]. As construções das cidades e de obras federais trouxeram, para o Sul, operários especiais, técnicos de vários ofícios. Contamos oficinas para os mais variados serviços – pinturas, serralheria, etc., etc. (id., p. 19).

Enfatiza-se, enfim, a modernidade dos meios de transporte e comunicação:

O Sul tem a sua circulação; todas as suas cidades são servidas de linhas de auto, que se ligam às estações da Noroeste. Raríssima a fazenda onde não chega o automóvel. A toda parte os jornais e as mercadorias chegam rapidamente. [...] Mais de 800 carros automóveis auxiliam o transporte de passageiros e cargas (id., p. 19).

Outro elemento tomado pelos sulistas e adaptado para seus fins é o que concerne às condições naturais da região, isto é, sua riqueza e salubridade. A adaptação consiste, por um lado, na afirmação de um *fatalismo geográfico*, ancorado na diferenciação do espaço estadual em três porções, conforme já mencionado: “A geografia [...] está indicando, a todos nós, o caminho, como está dizendo ao cuiabano: somos 3 regiões

imensas, desligadas; somos 3 povos; temos 3 destinos; damos 3 estados” (*A divisão...*, 1934:26; grifos do original). Continua-se: “As três populações estão em ambientes diversos, têm riquezas naturais diferentes, vivem de indústrias, agricultura, comércio, meios de transporte dissemelhantes, segue, cada uma, rumo próprio” (id., p. 26-27). Mais importante, contudo, é a afirmação de que, dentre as características traçadas por tal fatalismo, o quinhão melhor cabia ao Sul:

Entre o Sul e o Norte há a diversidade que se pode notar entre o Paraná e o Nordeste. Daí, a fixação de estrangeiros, no planalto de Maracaju, a sua perfeita adaptabilidade, traduzida na saúde e bem-estar. Matizam-lhe as culturas, frutos, árvores, cereais dos climas frios, como proliferam, sem quebra, os gados mais finos (id., p. 27).

Desse modo, é como se o Sul lograsse escapar da condição tropical (indiretamente identificada com a *barbárie*) para incluir-se na *civilizada* zona temperada. Não por acaso, certamente, busca-se igualmente atribuir aos sulistas qualidades usualmente associadas aos *civilizados* povos do hemisfério norte: espírito prático (isto é, aversão ao *romantismo vazio*), devotamento ao trabalho, senso de cidadania, capacidade de iniciativa progressista. Assim, o “povo sulista” seria “amante da liberdade, aberto a todas as iniciativas, desinteressado dos cargos públicos, cumpridor dos deveres cívicos” (*A divisão...*, 1934:28). E mais: “A nossa mocidade tem esse espírito de brasilidade, gerado ao contato imediato dos maiores centros intelectuais do País. Andamos em dia com as novas idéias. A nossa Política é econômica, a nossa finalidade é trabalhar e progredir”; em contraposição, prosseguem, “O Centro está ainda em pleno romantismo. Os moços inteligentes fazem versos. Todos praticam a política partidária, de campanário, do interesse, do cargo público” (id., *ibid.*).

Finalmente, um outro elemento fundamental, que deveria caracterizar efetivamente uma identidade *sulista*, é a afirmação da suposta *universalidade*, no Sul, do sentimento divisionista – o qual se estenderia igualmente por todo o território sulista e todos os seus habitantes, independentemente de sua categoria social. “Não é só Campo Grande o revoltado”, afirma-se: “é todo o Sul” (*A divisão...*, 1934:32), de modo que, “hoje, a divisão é um estado de alma do *povo* sulista” (id., p. 34; grifo meu)¹¹.

Um estigma *ad hoc*: a opressão do Sul pelo “Norte”

Desse modo, *A divisão...* identifica no Sul apenas características *positivas*: tudo o que ali havia de negativo era reflexo da má política, do abandono e da opressão dos dirigentes cuiabanos.

A idéia de *opressão*, em especial, converte-se num importante elemento identitário, na medida em que funciona, a meu ver, como um autêntico *estigma*: aquele do *subjugado*, do *espoliado*, do *sofredor*. É certo que, à diferença dos estigmas “clássicos”, a *opressão*

¹¹ Também aqui, como se pode ver, ocorre uma apropriação do método e dos objetivos dos formuladores “nortistas” – os quais, como já foi dito, haviam procurado “forjar, fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo”, sentimento esse que seria “útil não só para escamotear as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais, em torno de um mesmo projeto”: a garantia da “primazia do mando” (Zorzato, 1998:15).

afirmada pelos sulistas não constituía uma típica apreciação *negativa*, lançada sobre eles por *outros*; ao contrário, tal opressão era explicitamente negada (em seu próprio benefício) pelos dirigentes estaduais. Mesmo assim, creio ser possível dizer que essa idéia cumpria, satisfatoriamente, as funções desempenhadas pelo estigma em todo processo de elaboração de identidades, conforme assinalado por Bourdieu:

O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma [...] e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos económicos e sociais da estigmatização. É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas mas também os seus fundamentos económicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objectivos da acção de mobilização (1989:125)¹².

A opressão aparece, por um lado, num sentido especificamente político, como *dominação*, isto é, negação da soberania do Sul, e sua denúncia começa com severa crítica (de fundo moral, doutrinário) ao funcionamento, em termos gerais, da política controlada pelo Centro. Tal política, afirma-se,

só tem feito mal ao estado, por não ter objetivo de progresso e ser apenas, como é, desde 1890, um assunto partidário, um interesse dum grupo contra outro, em que se fazem concessões a amigos, favores de toda ordem à clã política, sem respeito à justiça, aos direitos alheios. [...] em Mato Grosso, o *Estado* é cousa diversa do que se entende no mundo. É um arranjo para se ser deputado, senador, intendente, presidente, juiz, etc., com um vencimento seguro, vantagens garantidas no Tesouro (*A divisão...*, 1934:11; grifo do original).

Mais importante, contudo, era que, segundo o texto, “a política de Cuiabá agiu sempre contra o Sul”, para “dividir, desprestigiar, derrubar os chefes locais”, inclusive com “ameaça da polícia, quando convinha”:

Os diretórios eram organizados em Cuiabá, os intendentos escolhidos em Cuiabá. O Dr. Mário Corrêa [presidente do estado de 1926 a 1930] impôs um intendente cuiabano a Campo Grande, com polícia, com metralhadoras [...]. Deputados estaduais, nunca os teve o Sul, de sua vontade; representantes federais, só cuiabanos (*A divisão...*, 1934:24-25).

“O homem político do Centro é hostil aos homens, aos interesses políticos sulistas. Qualquer ação política do Sul, qualquer organização partidária, qualquer atitude contra a administração, é tida, em Cuiabá, como um crime e vem logo, de lá, a ameaça”, diz o texto, explicando em seguida: “É que o homem do Centro está acostumado ao mando e não admite a idéia de concorrentes, de pensamentos de liberdade” (*A divisão...*, 1934:25). Assim é retratado, de fato, o “cuiabano”: “amarrado ao seu meio, longe de tudo, tendo, nas suas mãos, a máquina da governança, que usa tão mal; apegado ao seu passado, às suas tradições, com a idéia anacrônica, errada, nociva, perigosa, de que

¹² Convém contudo notar que, no caso em tela, não se reproduz o paradigma *black is beautiful*, mencionado por Bourdieu, pelo qual o estigma é apropriado como *emblema*, isto é, com sentido positivo (Bourdieu, 1989:125).

Mato Grosso é seu, de que *só ele sabe amar a terra*” (id., p. 28; grifos do original).

Para ilustrar a *opressão* praticada pelo governo de Cuiabá, o texto refere o caso da colônia agrícola de Terenos, no Sul, a qual teria sido “transformada em viveiro de eleitores do governo e de capangas em ocasião de eleições, sem que [se] houvesse distribuído os títulos de domínio aos colonos, com o fito de os trazer sempre presos, sempre dóceis aos manejos eleitorais” (*A divisão...*, 1934:13). Algo semelhante teria ocorrido nos processos de aquisição de terras devolutas no Sul do estado:

O requerente pagou o preço ao Estado e pagou, mais do que ele, muitas vezes, ao advogado, ao intermediário, em achegos e propinas em Cuiabá, em viagens e levou, às mais das vezes, anos para obter o seu documento oficial. Isso carregou, do Sul, muitos milhares de contos de réis. Foi uma arma terrível da política nortista. O funcionário, destacado por estas bandas, tinha um gesto ameaçador: *ou vota ou não obtém o título*. E o pobre homem do Sul tremia ante o título, que já lhe custava os olhos (id., p. 24; grifos do original).

O texto acusa também uma opressão específica contra o movimento divisionista. “A possibilidade da mudança da Capital, as idéias de separação do Sul”, afirma-se, “são sentidas desde o governo Aquino”, e “toda a ação governamental reduz-se, desde então, a ‘empatar’ a mudança, a obscurecer a separação” (*A divisão...*, 1934:25). Referindo-se, ao que parece, ao período imediatamente anterior, o documento afirma ainda:

As autoridades da Capital mobilizaram, aqui, a polícia contra a propaganda: mandaram censurar os jornais, insinuaram ameaças. [...] Andam funcionários cuiabanos a exigir solidariedade para um *Mato Grosso unido*, quando o que se vê unido é um grupo de políticos, que teme perder as vantagens do mando (id., p. 12).

A autoridade de Cuiabá levantou-se contra a campanha, que faz o Sul, pela sua autonomia, instigou os funcionários cuiabanos, que vivem aqui irmanados conosco; mandou censurar jornais; proibiu as tipografias de fazerem quaisquer obras a respeito; ordenou violências policiais; despachou funcionários [...] para evitar a propaganda e aterrorizar camponeses (id., p. 31).

Contudo, é com relação às questões econômicas (produção de riquezas, arrecadação de impostos, alocação de recursos públicos) que, no texto, a denúncia da opressão atinge seu ápice – talvez porque, nesse caso, parecesse mais patente a *injustiça* inerente a toda situação de opressão¹³. De fato, boa parte do documento é dedicada a demonstrar a *prjujança econômica* do Sul, que é caracterizado, portanto, como o verdadeiro sustentáculo da economia estadual: “Quem dá a Mato Grosso o pouco recurso financeiro que tem – é o Sul. Quase tudo que se exporta – é do Sul” (*A divisão...*, 1934:14). Como consequência lógica, proclama o texto, numa frase escrita toda em letras maiúsculas, “concorremos [o Sul] com muito mais de dois terços das rendas públicas” (id., p. 15). Entretanto, segundo acusa o texto, o governo estadual nada fazia em apoio aos produtores dessa riqueza¹⁴: “É finalidade do Estado tornar próspero e feliz o povo. O

¹³ De fato, Bitar assinala que a frase “o estado vive hoje do que rende o Sul” tornou-se, “a partir dos anos 30, o mais forte argumento” dos divisionistas (1997:161).

¹⁴ Convém ressaltar que, ao efetuar tal acusação ao Estado, o documento se refere aos produtores de todo o Mato Grosso, e não apenas aos sulistas.

nosso Estado não teve tempo de pensar nisto. Em absoluto, pode-se dizer, jamais cuidou, realmente, de qualquer fonte de renda. Antes as sacrificou”. Nada teria sido feito pela agricultura nem pela pecuária: “nem uma grama de semente, nem uma enxada deu ao lavrador”; “favor algum ao fazendeiro, que potreirou os seus campos, fez pastos artificiais e importou reprodutores finos, gastando rios de dinheiro”. Ao contrário, teriam sido “majorados os impostos sobre os criadores” e “aumentado no Sul o imposto territorial” (id., p. 13).

A *injustiça*, contudo, conforme se depreende do texto, ia além. Afirma-se de fato que, embora o Centro e o Norte produzissem apenas um terço da receita estadual, consumiam-na quase toda, sendo 65% “só na Capital” (*A divisão...*, 1934:20). Em contrapartida, segundo o texto, registrava-se uma carência ou mesmo total ausência de apoio e assistência do Estado à população sulista, no tocante principalmente à saúde, educação e segurança públicas. O Estado “não lhe dá [ao Sul] higiene. [...] Criados dois ou três hospitais, pelo povo, dificilmente lhe dá pequeno auxílio” (id., p. 21). “Da instrução pública cuidou-se na Capital. Qualquer município do Centro, nisto, distancia-se dos do Sul” (id., p. 22). “O Sul, tendo o duplo da população, conta menos de 40 escolas públicas funcionando; o Centro muito mais de 100. [...] Tem valido à população sulista a iniciativa privada” (id., p. 23). “Tem-se medo de negócios no estado, por falta de justiça”: “Justiça sem polícia, sem cadeias. O Sul não tem meios de repressão criminal. Não há uma cadeia segura” (id., *ibid.*).

Desse modo, exclamam os autores, “uma população desamparada sua, trabalha, amontoa riquezas, para gozo de outra, que se supõe com mais direitos!” (*A divisão...*, 1934:16). “Nada exportando, de que está vivendo o Centro? Dos orçamentos, do dinheiro das indústrias, do esforço sulista e do dinheiro federal” (id., p. 20). “Uma capital é uma espécie de cérebro do estado. A nossa é o estômago”, concluem (id., p. 28).

AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DEPOIS DE 1934 E AS NOVAS TÁTICAS SULISTAS

O que é especialmente notável, no entanto, é que os esforços no sentido da invenção de uma identidade especificamente sul-mato-grossense, conforme acima referido, não parecem ter tido continuidade – não, pelo menos, sob a forma de um movimento sulista abrangente e “oficial”. Pelo que se sabe, de fato, a busca da construção de tal identidade somente seria efetivamente retomada *após* a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977. Como entender esse fenômeno?

Inicialmente, caberia notar que, ao terminar em derrota, o episódio de 1932 parece haver selado a sorte da estratégia então adotada pelas elites sulistas. De fato, não havia como ocultar que, no referido episódio, essas elites haviam apostado no “cavalo errado”, isto é, os “revolucionários” constitucionalistas paulistas, que terminaram vencidos. À derrota militar seguiu-se, para os sulistas, o malogro de suas petições tanto ao Governo Provisório pós-30 como à Constituinte de 1934. Em seguida, o advento do Estado Novo imporia uma moratória a quaisquer pretensões divisionistas, em nome da “unidade nacional”.

Dai em diante, como mostra Bittar, o movimento divisionista foi perdendo força no Sul. A idéia de divisão ficaria marginalizada, sendo lembrada, de quando em quando, apenas por um pequeno grupo de personalidades políticas. Assim, Oclécio Barbosa Martins retoma a defesa da proposta no livro já citado, publicado em 1944. Em 1959 publica-se um manifesto em nome de um “Movimento pró-divisão de Mato Grosso” – tentando aproveitar, na verdade, a circunstância de um mato-grossense do Sul, isto é, Jânio Quadros, aparecer na época como um forte candidato à presidência da República. Bittar registra ainda uma “última tentativa”: uma passeata em defesa da divisão, convocada em 1963 por um *Comitê Divisionista de Campo Grande* (cf. Bittar, 1997:219 e 223; 1999a:129). Enfim, o “arrefecimento” do movimento chegaria a tal ponto que, segundo Bittar, os próprios divisionistas “históricos” teriam sido apanhados de surpresa pela decisão do governo federal de finalmente efetuar a divisão, em meados da década de 1970 (1999a:132).

Parecem-me especialmente importantes tais referências, pelo fato de desautorizarem quaisquer tendências a se traçar a história do divisionismo como uma linha praticamente contínua, partindo de fins do século XIX, passando pelos *gloriosos* episódios da década de 1930 e culminando triunfalmente na divisão efetivada em 1977. É preciso, ao contrário, explicar a referida *marginalização* da tese divisionista, depois dos anos 30 – e essa explicação se encontra, a meu ver, no fato de a divisão ter sido sempre encarada pelos líderes sulistas, acima de tudo, como um objetivo *tático*, a serviço de uma *estratégia* mais importante e abrangente, isto é, a ascensão ao poder político. A questão principal era, efetivamente, a *luta pelo poder*, como aliás transparece já no momento do nascimento do *ideal* divisionista, em meio às lutas coronelistas de fins do século XIX e inícios do XX. Como notou Valmir Corrêa, alguns líderes políticos sulistas sentiam-se então insatisfeitos com sua condição de meros caudatários das oligarquias “nortistas” mas, ao mesmo tempo, sabiam-se impotentes para disputarem o poder diretamente com aquelas oligarquias. Nesse contexto, portanto, é que foi imaginada a tática divisionista. De fato, referindo-se aos “movimentos rebeldes dos *coronéis* sulistas”, Valmir Corrêa assinala que eles

não objetivavam a tomada do poder estadual, por considerá-la na maior parte dos casos impossível ou inatingível. Frente a esse obstáculo, defendiam então a *alternativa* do separatismo para viabilizar o seu poder de mando, assim como anular em definitivo sua dependência política do norte (Corrêa, 1995:57; grifo meu).

Como se vê, já então a divisão figurava apenas como um dos possíveis meios para atingir o ambicionado poder – o qual, nesse caso, ficaria limitado à porção sul do estado. Já com relação à década de 1930, Bittar assim indica “os dois ingredientes essenciais do ideal autonomista”: “a) a superioridade econômica do sul do estado sobre o centro-norte; b) a desproporção numérica de sua representação política, com vantagem para os ‘nascidos no norte’” (1997:172). Desse modo, pode-se deduzir que, caso fosse corrigida tal desproporção, em benefício dos sulistas (por meio, por exemplo, de eleições limpas), a proposta de divisão poderia ser descartada. O mesmo objetivo poderia ser igualmente atingido, como já foi mencionado, por meio da *mudança da capital*, codinome

da operação política pela qual as alavancas do poder passariam para as mãos das elites sulistas (nesse caso, pode-se imaginar que passaria a tocar aos “cuiabanos” lutar para se livrarem do jugo político do Sul...).

Pelo que a história parece mostrar, a referida *desproporção* entre as representações políticas do Sul e do “Norte” começou a ser corrigida ainda durante o Estado Novo. Mesmo nessa época, de fato, e a despeito das derrotas sofridas no período 1932-34, as elites sulistas não deixaram de se integrar à estrutura de poder existente no estado. Maria Manuela Neves assinala que nessa época opera-se uma importante mudança nas formas de atuação das elites dominantes em Mato Grosso, passando-se do “conteúdo coronelista” para um “conteúdo clientelista” – sendo que, ainda segundo Neves, essa “dominação via política de clientela” foi “particularmente favorecida em Mato Grosso e, *no norte*, pela presença de Filinto Müller na engrenagem federal” (Neves, 1988:123 e 126; grifos meus). Com relação especificamente à porção sul, por outro lado, Neves enfatiza a influência exercida pelo já citado Vespasiano Martins, estabelecido em Campo Grande. De acordo com a autora, Vespasiano manteve-se durante o Estado Novo como o “vice-rei do sul”, sendo “uma liderança profundamente comprometida com os interesses daquela região, da qual detinha pacífica liderança política” (id., p. 144-145).

Ao que parece, Filinto Müller e Vespasiano Martins, ao invés de se antagonizarem, promoveram entre si uma divisão de poderes¹⁵. De fato, um dos entrevistados de Neves registra que, durante o Estado Novo, Martins mantinha um “ótimo relacionamento” com o interventor Júlio Müller, o qual “costumava dizer que o Vespasiano o representava no sul do estado”. A própria Neves assinala que Vespasiano e Filinto “haviam dividido o espaço político-regional” já na década de 30, e cita a esse respeito um esclarecedor depoimento do líder sulista Demóstenes Martins¹⁶: “houve um acordo sim”, pelo qual “*todas as nomeações do norte eram do Filinto e as do sul, do Vespasiano*” (cf. Neves, 1988:133 e 145-146; grifos meus). Desse modo, seria apenas com o final do Estado Novo que os dois líderes seguiriam caminhos distintos: enquanto Vespasiano optou pela UDN, os Müller, “típicos herdeiros da máquina estadonovista” em Mato Grosso, empreenderam a formação do PSD (id., p. 131).

A *desproporção* continuaria a ser “corrigida”, de modo ainda mais notável, desde as primeiras eleições após o fim do Estado Novo: a partir de então, pode-se dizer que as elites sulistas – fazendo valer o trunfo eleitoral representado pelo maior contingente populacional – finalmente ascendiam ao poder estadual. Trabalhando com dados das eleições realizadas entre 1945 e 1962, Neves mostra a “progressiva expressividade” do Sul, em termos da composição da Assembléia Legislativa e mesmo da representação federal. Uma maioria sulista se mantinha, como nota a autora, mesmo excluindo-se os representantes eleitos por Corumbá – os quais revelavam “tendências ambíguas”, podendo aliar-se ora ao “Norte”, ora ao “Sul” ou mesmo constituir um “pólo independente” (Neves, 1988:179).

Nesse novo período, uma única cartada decisiva parece haver sido jogada pelas elites sulistas, nos antigos termos de suas reivindicações – e não, aliás, no sentido da

¹⁵ Vespasiano foi mesmo eleito senador por Mato Grosso, tendo exercido o mandato de 1935 a 1937. Ele ainda voltaria ao Senado em 1945, lá permanecendo até 1955 (cf. Bittar, 1999a: 62).

¹⁶ Vale notar que, apesar de terem o mesmo sobrenome, Demóstenes e Vespasiano não eram parentes.

divisão mas sim no da mudança da capital. Isso ocorreu precisamente no início do período, isto é, na Constituinte estadual de 1947. Nessa ocasião, os sulistas apresentaram uma proposta segundo a qual a capital do estado seria determinada por uma futura lei ordinária – de tal modo que, como notou um dos entrevistados de Neves, “uma maioria eventual podia mudar a capital”. A votação terminou empatada, e a proposta só foi rejeitada graças ao voto de Minerva do presidente da Assembléia, que era um político do “Norte” (Neves, 1988:176-177).

As considerações precedentes não devem levar à conclusão de que, na política mato-grossense após 1945, o regionalismo tenha desaparecido. A “questão regional interna”, isto é, “o divisionismo e a disputa pela hegemonia sobre o poder do estado”, mantinha “relevância política”, sendo um forte “elemento explicador dos fatores que interagiram no processo político de Mato Grosso” (Neves, 1988:172). O que passava a ocorrer, segundo a mesma autora, era que “o componente regional seria absorvido pela dimensão partidária” da política estadual (id., p. 175): “as elites políticas mato-grossenses – premidas entre a disputa pelo poder regional e a competição partidário-eleitoral – desenvolvem uma lógica própria”, fundada na “*integração* dos elementos partidário/regionais” (id., p. 174; grifo do original).

Nesse período, segundo Neves, o “projeto sulista” continuava a ser o de “conquistar a hegemonia” – mas agora pela via do “processo partidário-eleitoral” e “*sem rupturas dramáticas*”: tratava-se de “mudar o eixo do comando político-econômico do estado sem confronto entre as facções regionais, o que poderia ter resultados imprevisíveis” (Neves, 1988:212-213; grifos do original). A “experiência de 47”, prossegue Neves, indicara às elites políticas que “o enfrentamento eleitoral requeria uma racionalidade que levasse em conta os aspectos partidários e regionalistas” (id., p. 182). Tal racionalidade se expressaria no sentido de *evitar o confronto explícito “Norte versus Sul*: “Sempre se quis evitar a luta norte-sul na campanha eleitoral [...] os partidos tiveram essa consciência”, diz um dos entrevistados de Neves; “a questão regional sempre era levada em conta na escolha do candidato a governador”, diz outro. A própria autora conclui: “Evitar o confronto significou, sempre, o gerenciamento do fundamento regional nas convenções partidárias, o que impediu [nas eleições dos governadores] a polarização *candidato norte-candidato sul*” (id., p. 197).

Pode-se portanto deduzir que, nessa nova estratégia, seria absolutamente inconveniente qualquer tentativa mais incisiva de afirmação de uma identidade especificamente sulista, nos moldes do ocorrido nos anos 30. Ao que parece, tendo provado o gosto do poder, as elites sulistas não estavam dispostas a colocar em risco as posições já alcançadas. Como beneficiárias, em boa medida, do jogo político vigente, marcado pela intermediação partidária, essas elites assumem, juntamente com as “nortistas”, a defesa da *estabilidade* desse sistema político, com a conseqüente recusa a confrontos regionalistas abertos:

Sustentar um confronto pela disputa regional aberta equivaleria a polarizar as facções regionais e privilegiar o conflito regionalista no interior dos partidos, “descobrimo” o jogo eleitoral e desnudando as motivações que sempre estiveram obscurecidas por arranjos e acertos. E isto seria tão mais temerário quando se

sabe da *interdependência* partidária e o seu assentamento no microcosmo municipal, na sua teia clientelístico/oligárquica e gerenciada por uma racionalidade própria onde, não raro, relações familiares e de compadrio resultavam mais decisivas do que a fidelidade ou identificação partidária. *Em outras palavras*: a polarização regional sempre foi evitada porque poderia significar a desagregação da estrutura de poder então existente – e isso não interessava às elites políticas que, mesmo fracionadas, detinham a direção do sistema de dominação vigente, fortemente assentado nessas oligarquias municipais que, inevitavelmente, tinham os seus próprios interesses político-regionais agregados aos interesses partidários (Neves, 1988:213; grifos do original).

Foi desse modo, sustenta Neves, que se cimentou “a coesão interna de um *escol dirigente* [grifos do original] que fundiu as lideranças maiores *do norte e do sul* [grifos meus] e de partidos diferentes”; “acima de tudo”, prossegue a autora, “as elites mato-grossenses – vivenciando a imprevisão eleitoral que lhes dava sustentação – objetivavam sobreviver como elites dirigentes e, assim, mantiveram-se coesas e fortemente oligarquizadas para a consecução desse projeto, mesmo após a ruptura democrática de 64” (1988:213).

As idéias acima expostas parecem ser confirmadas pelo estudo de Bittar. Embora contasse, no Sul, com uma importante base social, constituída pela “classe latifundiária”, a causa divisionista, segundo essa autora, “não se manifestou claramente num partido político”: “De modo geral, no confronto entre sul e norte, as vozes do regionalismo expressaram-se em várias instituições, na maioria das vezes de forma diluída” (Bittar, 1999a: 127). Em outras palavras, “a divisão de Mato Grosso vinha se constituindo, desde sempre, numa espécie de causa sem partido”:

Que motivos explicam que, ao longo de toda a secular trajetória, não tenha havido um partido pró-divisão? A resposta é: a essência da própria causa. Sendo uma bandeira regionalista e incerta, era, de certa forma, problemática para os partidos políticos. Na verdade, nenhum político [sulista] em época de eleição desejava ser identificado como contrário “ao norte” (Bittar, 1999a:126).

Os “políticos”, segundo depoimento do divisionista Paulo Coelho Machado, “ficaram em cima do muro para ver o que é que dava. Porque era uma situação duvidosa: vai sair ou não vai sair a divisão? Então o sujeito estava esperando uma definição maior para aderir” (apud Bittar, 1999a:126)¹⁷. Nesse contexto, a crítica aos “cuiabanos” e a afirmação das peculiaridades (positivas) do Sul, nos moldes dos documentos dos anos 30, ficou limitada a grupos pouco representativos das elites sulistas (Bittar destaca, a esse respeito, o papel do jornal campo-grandense *Correio do Estado*, fundado em 1954 e que ela considera como o efetivo “partido” da divisão, cf. 1999a:127). Desse modo, parece possível dizer que a postura majoritária das elites sulistas seria, ao contrário, aquela expressa por Demósthene Martins num texto de 1972:

Infelizmente, espíritos acanhados, incapazes de apreenderem a dimensão

¹⁷ Vale lembrar o que refere Bittar acerca do próprio Vespasiano Martins: depois de 1932, ele “não deu mostras de seu ‘divisionismo’, isto é, não organizou nem liderou qualquer movimento com esse caráter”; a autora tampouco encontrou, no Senado Federal, discursos de Martins “com esse teor” (Bittar, 1999a: 62).

política, territorial, administrativa e econômica da modificação [divisão de Mato Grosso], valeram-se sempre desse movimento para malquistar as populações regionais [...]. Hoje, porém, mercê da intensificação das comunicações e da intervenção governamental, esses contrastes vão se tornando menos antagônicos, possibilitando a sua integração (apud Bittar, 1999a:131).

Torna-se assim compreensível que a marginalização da tese divisionista (para não dizer a sua quase completa *negação*, tal como expressa por Demóstenes Martins) tenha sido acompanhada, por sua vez, pelo *congelamento* dos esforços pela constituição de uma efetiva *identidade sul-mato-grossense* – e isso pelo fato de que tal operação teria, evidentemente, o efeito de acirrar sentimentos regionalistas de um modo politicamente inconveniente e indesejável, sob os pontos de vista acima expostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão enfim ocorreria, em 1977, à revelia das populações tanto do Sul como do “Norte”. Ela viria, segundo Bittar, como uma obra do regime militar, que teria sido movido tanto por razões de ordem geopolítica (garantia da *segurança nacional*, por meio da intensificação da ocupação de regiões fronteiriças) quanto por considerações políticas mais imediatas: com a criação de Mato Grosso do Sul, Geisel “contaria com mais um governo e toda a estrutura política regional, a favor do regime, que já se encontrava em seus momentos de exaustão procurando uma auto-reforma para manter-se” (Bittar, 1999a:126). De fato, embora não se possa de antemão descartar a ação de líderes políticos sulistas na efetivação da divisão, parecem suficientemente convincentes os argumentos segundo os quais a *decisão* a esse respeito partiu efetivamente do governo central.

Seja como for, nesse novo contexto é que seria retomada a questão da *identidade sul-mato-grossense*. Trata-se aqui de um processo ainda pouco estudado (destacando-se, a esse respeito, o estudo de Ziliani, 2000). Ao que me parece, tendo a divisão ocorrido “de cima para baixo”, e num momento em que a parte realmente significativa das elites sulistas (em outras palavras: aqueles que efetivamente *mandavam*) não mais estava mobilizada em torno dessa idéia, abriu-se um espaço para a construção, às pressas, de um discurso “histórico” simplesmente capaz de dar conta do *fato*, já consumado, da criação do novo estado. De certa forma, pode-se dizer que tendem a surgir, na imprensa e nos meios políticos e culturais, *neodivisionistas*, colocados perante o “desafio” de construir uma História “de trás para a frente”, isto é, do presente para o passado – o que facilmente conduz à idéia da divisão como algo historicamente “inevitável”, “fadado a acontecer mais cedo ou mais tarde”.

Nesse processo, formaliza-se um discurso identitário flagrantemente mais simplificado e grosseiro que aquele dos divisionistas dos anos 30 – desaguando, freqüentemente, num reles determinismo geográfico-histórico. De fato, um político sulista chega a dizer:

Mato Grosso já estava dividido há muito tempo e a separação que está sendo feita agora é apenas de direito. [...] Sul e norte são completamente diferentes, a começar pela fauna, flora, além do próprio homem. O sulista é “paulista”

enquanto que o nortista é amazônico (Paulo Saldanha, apud Bittar, 1997:234).

Ora, dizer que o “cuiabano” era “amazônico” constitui uma injustificável extensão do conceito de *norte*, por meio do apagamento do antigo conceito de *centro*.

Além disso, tendem a ser esquecidos os recuos e descaminhos da história do divisionismo, estendendo-se, ao conjunto dos líderes e mesmo da população sulista, posições historicamente relacionadas apenas àqueles poucos divisionistas que se haviam mantido o tempo todo fiéis ao velho ideário. Em outras palavras, a “chama” do divisionismo – que, na verdade, antes havia chegado mesmo a quase apagar-se – é figurada como permanentemente acesa, desde os fins do século XIX. Enfim, criam-se mitos como o da suposta existência, em 1932, do “Estado de Maracaju”.

Nos anos 30 o esforço dos divisionistas, com vistas a criar uma identidade especificamente sul-mato-grossense, tomava contornos vivos, militantes, porque se tratava de um esforço em que se estavam empenhando, para usar a expressão de Bourdieu, interesses vitais¹⁸. Tratava-se de um momento de luta, de combate, em que se corriam inclusive riscos físicos, em face da política de repressão. Podem criticar-se as pretensões dos sulistas de então, vendo-se nelas, acima de tudo, uma luta pelo poder. Mas não se pode negar que, então, estava efetivamente caracterizada uma situação de certa opressão política, apta a ser colocada como fundamento de uma identidade estigmatizada. No pós-divisão, ao contrário, o que se coloca é a tarefa de construir uma identidade *ad hoc* – algo claramente *acessório*, não-essencial. O exercício do poder não mais requeria uma luta contra um *outro* (o “cuiabano”). Na verdade, como foi dito, o estigma da *opressão* (justificado pela anterior *desproporção* em termos de representação política) já havia há tempos desaparecido de entre os sulistas – e agora, com a divisão, estava completamente morto e enterrado. Desse modo se compreende que, no pós-divisão, adquiram destaque, nos esforços pela criação de uma “identidade sul-mato-grossense”, aspectos essencialmente retóricos, destinados sobretudo a adornar vazios discursos de auto-celebração das elites locais, velhas e novas.

Neste ponto, parece-me conveniente enfatizar (para o caso de que isso não tenha ficado suficientemente claro nas páginas anteriores) que não me incluo entre aqueles que consideram relevante a “tarefa” da criação de uma “identidade sul-mato-grossense” (a “verdadeira” identidade, por suposto...). Já mencionei, no início do texto, os riscos de um tal engajamento, conforme apontados por Bourdieu. Além disso, creio que Hobsbawm está certo ao sugerir que os historiadores, além de insistirem na “importância central da distinção entre fato histórico verificável e ficção”, devem igualmente posicionar-se, nesses assuntos, “em favor do universalismo” – e isso não apenas “por fidelidade a um ideal ao qual muitos de nós permanecemos vinculados, mas porque essa é a condição necessária para o entendimento da história da humanidade, inclusive a de qualquer fração específica da humanidade” (Hobsbawm, 2004:292).

É claro que a postura universalista não pode ser assumida de modo irrefletido, nos simples termos de sua velha matriz iluminista: como nota Bourdieu, “o mercado

¹⁸ “Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo” (Bourdieu, 1989:124).

dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais” (1989:129). Bourdieu aceita, por certo, que, em nome da “fé universalista”, se recuse “o reconhecimento dos efeitos particulares e particularizantes da reivindicação nacionalista” (sendo tal recusa justificada pelo fato de uma eventual auto-determinação “não fazer mais do que reproduzir o estigma, mas em forma invertida”, p. 127). Contudo, ele ressalva que o processo de “unificação do mercado dos bens culturais e simbólicos”, até o ponto em que já ocorreu em nosso mundo e nossa época, “ao invés de abolir os particularismos, os constituiu em estigmas negativos” (id., p. 128)¹⁹. Desse modo, torna-se compreensível o fato, apontado por Bourdieu, de que “o separatismo aparece bem como o único meio realista de combater ou de anular os efeitos de dominação que estão implícitos, inevitavelmente, na unificação do mercado dos bens culturais e simbólicos” (id., p. 127-128) – e isso porque, “na lógica propriamente simbólica da distinção”, “qualquer unificação, que [apenas] *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra” (id., p. 129, grifo do original).

Assumidas tais ressalvas, contudo, penso que o universalismo constitui ainda um ponto de vista adequado ao trabalho dos historiadores. De fato, caso se queira “evitar tanto a *tábula rasa* da nova ordem mundial quanto o retorno da xenofobia recalcada, dos conflitos interétnicos, dos integralismos religiosos” – como escreve Vovelle, referindo-se aos movimentos de “reivindicação de identidades regionais” verificados na Europa – “a solução não é, como a reivindicação determina hoje, conservar nações ricas em patrimônio e cultura em nome de um ideal ainda a se realizar, reconduzindo à imagem travestida dos nacionalismos”; ao contrário, a solução seria “conservá-las em nome do ideal elaborado pelo humanismo das Luzes, formulado pela Revolução Francesa, de agrupamento de povos soberanos mas fraternais, unidos em torno de valores compartilhados de liberdade e igualdade real” (in D’Alessio, 1998:105; grifos do original).

Enfim, encerro este breve ensaio procurando apontar, no interior de toda a problemática aqui tratada, mais alguns aspectos especialmente relevantes que estão a exigir pesquisas mais aprofundadas. Assim, creio que em primeiro lugar se destaca a necessidade de olhar para além e para fora dos “salões do poder”, para tentar verificar de que modo eram vistos e sentidos, pelo conjunto dos habitantes de Mato Grosso, isto é, pela “gente simples” do povo, os temas levantados pelos intelectuais formuladores de “identidades”, tanto no Sul como no “Norte”.

Um outro interessante objeto consistiria no estudo mais amplo da estratégia dos dirigentes “nortistas”, na conjuntura das décadas iniciais do século XX, em face das “ameaças” vindas do Sul. Tal estratégia parece haver incluído, por exemplo, um reforço da articulação com o governo central e o aprimoramento das condições de “vida civilizada” no *Norte*, englobando: melhoramentos urbanos em Cuiabá (que

¹⁹ Também Vovelle, aliás, assinala que foi numa “reação contra o Estado centralizador” que, na França, se alastraram os movimentos de “reivindicação identitária”, “com o renascimento do interesse pelas línguas regionais e a reconstrução de um passado revivido por meio de seus costumes, seus usos, suas liberdades reais ou sonhadas” (in D’Alessio, 1998:90-91). Desse modo, insiste Vovelle, o que se questiona é a “centralização estatal e, de maneira geral, a construção de uma unidade imposta”, sendo ambas “contestadas em nome da reivindicação de identidades regionais, denunciando os processos de submissão e de desconstrução cultural que lhes foram impostos” (id., p. 103).

atingiriam seu ápice, ao que parece, durante o Estado Novo, com as chamadas “Obras Oficiais”), tentativa de construção de uma nova capital na Chapada dos Guimarães (Mariópolis, na segunda metade da década de 1920) e tentativas de melhoramento das vias de transporte e comunicação que serviam ao Centro (pressupondo sempre o abandono da precaríssima via fluvial pelos rios Paraguai e Cuiabá e compreendendo: estradas de rodagem para Goiás, Minas Gerais e São Paulo e para ligação com a NOB, em Três Lagoas ou Campo Grande; ramal da NOB para Cuiabá; linhas aéreas). Parece-me que não está suficientemente avaliada, em especial, a importância especificamente política dos transportes aéreos na ligação entre Cuiabá e a capital federal, a partir do início dos anos 30; de fato, pode-se supor que a aviação atenuou, de forma significativa, a desvantagem em que estava o “Norte”, em face do Sul, no tocante às comunicações com o governo central.

Seria talvez interessante verificar também em que medida os discursos sobre o “progresso do Sul”, a partir da construção da NOB, podem ter sido amplificados pelos próprios dirigentes “cuiabanos” como forma de pressão sobre os dirigentes nacionais, com vistas à obtenção de compensações para o “Norte”. Finalmente, uma outra linha de investigação poderiam ser as eventuais relações do regionalismo sulista da década de 30 com os movimentos intelectuais então em curso no país. A apologia do *moderno*, inclusive o moderno *importado*, que transparece nos discursos dos divisionistas, parece sugerir uma filiação às idéias do movimento modernista gestado em São Paulo. No entanto, a presença, entre os membros da elite campo-grandense, de vários nordestinos, conforme já foi mencionado, pode levar a indagações acerca de eventuais ligações com as idéias do *Manifesto Regionalista* lido por Gilberto Freyre em Recife em 1926 (embora se saiba que esse movimento rejeitava explicitamente, por exemplo, a *importação* de elementos culturais do estrangeiro, cf. Oliven, 2000:passim.).

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Marisa [1997]. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído* (1892-1997). 1997. 2 v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.
- BITTAR, Marisa [1999a]. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 157 p. (Col. Fontes Novas).
- BITTAR, Marisa [1999b]. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. *Multitemas* – Periódico das comunidades departamentais da UCDB, Campo Grande, n. 15, p. 93-124, out. 1999.
- BOURDIEU, Pierre [1989]. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. p. 107-132.
- CORRÊA, Valmir B. [1995] *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. C. Grande : Ed. UFMS, 1995.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor [1998]. *Reflexões sobre o saber histórico: entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. 2. reimpr. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.
- A DIVISÃO de Mato Grosso: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934. 35 p.
- GALETTI, Lylia S. G. [2000] *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.
- HOBSBAWM, Eric [2004]. Não basta a história de identidade. In: _____. *Sobre História: ensaios*. Trad. Cid Knipel Moreira. 6. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 281-292.
- LINS, Antonio Lopes [1976]. *Eduardo Olímpio Machado: o homem, o meio, seu tempo*. São Paulo: Vaner Bicego, 1976.
- MARTINS, Demosthenes [s.d.]. *História de Mato Grosso*. São Paulo: V. Bicego, [s.d.]. 204 p.
- MARTINS, Oclécio Barbosa [1944]. *Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráf. Barbero, 1944.
- NEVES, Maria Manuela R. de Novis [1988]. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988. 228 p.
- OLIVEN, Ruben George [2000]. Nação e região na identidade brasileira. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 65-80.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó [2004]. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX*. Bauru: Edusc; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. 526 p.

- SILVA, Jovam Vilela da [1996]. *A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1996.
- VALLE, Pedro [1996]. *A divisão de Mato Grosso*. Brasília: Royal Court, 1996. 227 p.
- WEINGARTNER, Alisolet A. S. [1995] *Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Ed. Est, 1995.
- ZILIANI, José Carlos [2000]. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)*. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- ZORZATO, Osvaldo [1998]. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.
- ZORZATO, Osvaldo [2000]. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.